

O País no limbo

GAUDÊNCIO TORQUATO

economia - Brasil

Fernando Henrique garantiu dois mandatos montado no cavalo: da estabilidade econômica e amparado em reformas fundamentais no aparelho do Estado, cujos efeitos positivos foram se esgarçando ante a emergência de novas expectativas sociais. Luiz Inácio Lula da Silva e seu PT chegaram ao centro do poder depois de costurarem por décadas e com muita intransigência os fios de seus particularismos. Aí chegando, embriagados com o sumo do poder, na esteira da verticalização de cargos no governo, começam a desfazer os traços que davam nitidez a seus perfis, particularmente no que diz respeito à bandeira ética brandida em campanhas eleitorais e nos palcos da política. As oposições, com maior representatividade no PSDB e PFL, intensificam uma locução de teor crítico cujo fundamento é menos um escopo programático e mais o comportamento de atores principais e secundários do palco governamental. O que há por trás das três situações é um fenômeno que se pode chamar de embaciamento do jogo político, ou, como denomina o professor Roger-Gérard Schwartzberg, uma "uniformização no cinzento".

O posicionamento dos partidos brasileiros numa zona cinzenta, circunscrita no grande arco central da sociedade, está a demonstrar alto grau de flexibilização, que aponta para o pragmatismo de uma política de resultados. Cada vez mais assemelhados, partidos e líderes parecem cada vez menos preocupados em trabalhar no campo das idéias e mais interessados em agir na luta do "poder pelo poder". Ou seja, as alternativas para construção de eixos de desenvolvimento social que, em tempos idos, eram fincadas em bases sólidas do edifício doutrinário, são, agora, substituídas por um discurso de oportunidade, balizado por questões pontuais, como carga de impostos, projetos sociais polêmicos ou comportamentos e desvios dos agentes públicos. O Congresso substitui os horizontes mais abertos das estratégias de desenvolvimento pela visão imediata e ligeira de investigações em CPIs. Não se quer dizer que tal escolha é condenável. Impõe-se, porém, acentuar o papel dos partidos no grande debate sobre um projeto de longo alcance para o País.

Quem tem idéia, por exemplo, do que pensam os dois maiores partidos de oposição – PSDB e PFL – a respeito de uma estratégia brasileira para o desenvolvimento? Do PT, sabemos bem que veio para o centro, ocupando flancos de uma sigla social-democrata e adotando a visão macroeconômica do governo anterior. Se há algum diferencial é a intenção visível de fortalecer o chamado "centralismo democrático" que, em termos concretos, significa o resgate do Estado gordo, com as antigas funções de intervir mais fortemente no mercado e calibrar e monitorar os fluxos da locução na mídia. Em suma, os grupamentos partidários se encontram, hoje, reunidos nas salas e ante-salas do poder, onde se serve o caldo insosso de uma cultura sem discurso com sobremesa de geléia partidária. Exemplo disso é o patrocínio de baboseiras pelos partidos na programação eleitoral dos candidatos a vereador.

É bem verdade que o Brasil não é exceção na moldura da banalização da atividade partidária que se observa em praticamente todos os quadrantes mundiais. Mesmo nos EUA, onde os partidos Republicano e Democrata dominam a política desde 1852, abrigando cerca de 60% dos eleitores, cresce a tendência para a pasteurização do discurso. Mas lá ainda se consegue saber que os republicanos são mais fiéis aos princípios do nacionalismo e da ênfase no individualismo, no moralismo e na religião, sustentando a base do conservadorismo. Enquanto os democratas estão mais posicionados na banda esquerda do centrão, defendendo um Estado social mais forte, com políticas de inclusão de minorias e etnias. Também na Europa, com a débâcle do socialismo real, os partidos social-democratas ganharam força em um primeiro ciclo. Agora, se preocupam em rearrumar as identidades, na percepção de que as siglas que se posicionam de maneira mais nítida no arco ideológico começam a recuperar poder. Na Inglaterra, é nítida a visão do Partido Trabalhista, com suas pontuações na melhoria dos serviços públicos (sobretudo saúde e educação), mesmo incorporando o liberalismo econômico ortodoxo e aceitando o ideário das forças de mercado como orientadoras da economia e das políticas públicas, defendido pelo Partido Conservador.

Há quem se recorde de Getúlio Vargas, com o símbolo do nacionalismo. E de Juscelino Kubitschek, com a bandeira do desenvolvimentismo. De Jânio, com a vassoura da moralização. Dos governos militares, com a mescla de segurança e nacionalismo-desenvolvimentista. De Sarney, com o aceno da democracia política. De Collor, portando o impeachment, após o início do ciclo da abertura econômica. De Itamar e Fernando Henrique, com o Plano Real e estabilização econômica. Daí para cá, um limbo de idéias passa a competir com uma Torre de Babel.

GAUDÊNCIO TORQUATO, jornalista, é professor da USP.